

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO P.C.



UMA VITÓRIA GERAL COM INSUCESSOS PARCIAIS

QUANDO se lança uma ofensiva numa larga frente, seria infantil esperar a ausência de erros e debilidades em todos os sectores dessa longa frente. Nem isso poderão esperar os melhores generais com os melhores exércitos. Uma ofensiva numa longa frente, mesmo quando vitoriosa, não exclue que, neste ou naquele sector, se não alcancem os objectivos em vista, que, neste ou naquele sector, se cometam erros de apreciação e de preparação, que, neste ou naquele sector, se não tenha avaliado devidamente a força do inimigo nem a própria força, que, neste ou naquele sector, se não tenham de fazer retiradas parciais. Mas as deficiências, os erros, a falta de combatividade, a má visão, num ou noutro sector, não indicam, só por si, que a ofensiva «fracassou», que a ofensiva não foi vitoriosa. Para definir com precisão se a ofensiva foi ou não vitoriosa, interessa ver SE OS OBJECTIVOS GERAIS DA OFENSIVA FORAM ATINGIDOS, se apesar do insucesso neste ou naquele sector, a ofensiva no seu todo fez recuar o inimigo, enfraqueceu as suas forças e posições e fortaleceu as nossas, reverteu em nosso benefício e em prejuízo do inimigo.

No movimento operário, dizer que uma ofensiva «não devia ter sido lançada» só porque, neste ou naquele sector, não foram atingidos os objectivos em vista, embora no seu todo eles tenham sido atingidos, só porque as forças de combate num sector, em virtude da fraqueza das forças dos outros sectores, tiveram que aguentar o peso da acção do inimigo e sofreram assim baixas desproporcionadas, — dizer isso é defender o derrotismo, é minar a confiança do exército do proletariado no seu estado maior (o Partido Comunista), é condenar as forças operárias ao desânimo, e à impotência.

Há evidentemente que analisar detidamente todas as faltas cometidas em cada um dos sectores em que a ofensiva foi lançada, há que analisar as debilidades reveladas no decurso da ofensiva. Há que reconhecer abertamente essas faltas e debilidades e fazer um esforço decidido para as corrigir. Mas, se a ofensiva, no seu conjunto, foi vitoriosa, não há que concluir dessas faltas e debilidades que a ofensiva «conduziu à derrota» ou que a ofensiva «não deveria ter sido lançada». Não há que tirar estas conclusões só porque, neste ou naquele sector, se revelaram deficiências, recuos e derrotas parciais.

Contudo, é isso precisamente que fazem algumas camaradas (ainda que raras) ao pronunciarem-se sobre as lutas de 8 e 9 de maio.

O facto de não ter ido para a greve a maioria esmagadora dos trabalhadores de Lisboa (cidade) e a totalidade dos trabalhadores da Margem Sul, leva essas camaradas a falar em «fracasso do Partido» e a concluir que foram erradas as palavras de ordem de Partido. Esses raras camaradas concluem que o Partido não deveria ter chamado os trabalhadores à luta e que agora é necessário que o Partido «reconheça publicamente o seu grande erro»...

Essa ideia de alguns camaradas teria ainda um certo fundamento, se o Partido tivesse lançado a palavra «greve geral» e tivesse pretendido desencadear um movimento à escala nacional. Na realidade, os fascistas, na sua propaganda, nos seus artigos e discursos sobre as greves e manifestações de 8 e 9 de maio, falam como se o Partido tivesse chamado os trabalhadores portugueses à «greve geral e mesmo à «greve geral revolucionária». Mas esta é a propaganda fascista e não a realidade dos factos.

Quando, em 8 e 9 de maio, o Partido



desencadeou a ofensiva do proletariado e do campesinato contra a política fascista de fome, não tinha em vistas uma ofensiva geral em todas as frentes, não tinha em vistas uma greve geral. Tratava-se dum grande ofensiva (e foi de facto uma grande ofensiva), mas com objectivos restritos e bem definidos. O seu objectivo era fazer pressão sobre o governo fascista de forma a obrigar este a tomar providências para o fornecimento de mais pão e de mais géneros. A greve e manifestações de rua diziam somente respeito às regiões do Ribatejo, Lisboa e Margem Sul, onde tinha sido posto recentemente em vigor o racionamento do pão. Mas, mesmo nestas regiões, tratava-se dum «jornada de protestos», com duração limitada de 2 dias, conforme punha bem em evidência o manifesto do Secretariado do Comité Central do Partido e conforme foi colocado através de todo o trabalho de organização da greve. Noventa por cento dos exemplares deste manifesto foram distribuídos nestas regiões. No norte e noutros pontos do país, não se tinha em vistas uma greve, nem manifestações de rua. No norte, por exemplo, o Comité Regional do Douro editou manifestos em que aconselhava os trabalhadores a corresponderem à luta dos trabalhadores da grande região de Lisboa, intensificando na segunda semana do mês de maio, a luta reivindicativa dentro de cada empresa.

Esta era a ofensiva que se tinha em vista e não a «greve geral» «fracassada» de que falam os fascistas, no seu esforço para desmoralizar as massas trabalhadoras. Quem tenha um pouco em atenção a ofensiva em vistas e conheça o que foram as jornadas de 8 e 9 de maio, não pode, de forma alguma, falar seriamente de «fracasso e de «erro» do Partido em chamar os trabalhadores à luta». Os camaradas que assim falam negam a verdade dos factos. Enquanto que a classe operária e as massas não recriminam o Partido, enquanto pedem do Partido novas indicações e directrizes, enquanto aplaudem a acção do Partido em 8 e 9 de maio, — tais camaradas agem como desorientadores e desmoralizadores.

Esses camaradas (e repetimos que são bem poucos e não têm nenhuma tarefa de direcção) esquecem a grande luta dos trabalhadores do Baixo-Ribatejo e o significado político que tem,

num país fascista, acorrerem à greve e manifestações (à voz do Partido Comunista) dezenas de milhares de trabalhadores. Esquecem que os combates de 8 e 9 de maio constituíram uma verdadeira jornada de luta pelo Pão e pelos géneros. Esquecem o aumento do fornecimento do pão que, em resultado das lutas de 8 e 9 de maio, o governo fascista foi obrigado a fazer. Esquecem essa nova grande experiência e esse grande passo dado no movimento popular e anti-fascista, pela unidade de combate de operários e camponeses realizada em 8 e 9 de maio.

Mas pergunta-se: Não houve então deficiências e debilidades? Não houve nenhum insucesso na acção do Partido?

Em primeiro lugar há a dizer que a preparação do movimento (o trabalho de organização e agitação feito na preparação do movimento) foi, nas suas linhas gerais, feita dum forma correcta. Nunca, desde a reorganização, o Partido fez um trabalho de preparação dum movimento de massas tão cuidadoso em todos os aspectos. Na preparação e desencadeamento das lutas de 8 e 9 de maio não há debilidades graves a apontar, salvo informações optimistas, anteriores ao movimento, de alguns sectores. Mas isto não quer dizer que não se tivessem revelado, no decurso do movimento, graves debilidades. Apenas estas são debilidades gerais da organização do Partido, existentes à altura do movimento (falta de decisão de camaradas, insuficiente ligação com as massas), debilidades que dificilmente se podiam verificar sem ser através dum prova como a que as organizações do Partido foram chamadas a prestar em 8 e 9 de maio. Mas, mesmo que fossem anteriormente conhecidas essas debilidades, isso não deveria impedir o Partido de, nas condições existentes em princípios de maio, chamar os trabalhadores a uma grande jornada de protesto contra a falta de pão.

Em segundo lugar, há a dizer que houve na realidade um insucesso da acção do Partido em Lisboa (cidade) e na Margem Sul. Em Lisboa (cidade) houve ainda, é certo, alguns milhares de trabalhadores que paralizaram. Mas isso nada foi em relação às esperanças que o Partido depositava. Entretanto, este insucesso, nestes sectores, não destrói a vitória política geral alcançada nas jornadas de 8 e 9 de maio.

Numa ofensiva desta natureza, o sucesso neste e naquele sector, embora tenha diminuído o alcance que o movimento poderia ter tido, só a palra-

res e a desmoralizados poderá levar a falar no «fracasso» da ofensiva e a dizer pedantemente que «o P. não devia ter chamado os trabalhadores à luta.

— E S O T E —

NEUTRALIZEMOS AS FORÇAS ARMADAS COMO INSTRUMENTO DE REPRESSÃO FASCISTA

A situação amadurece rapidamente num sentido favorável à revolução nacional anti-fascista. As greves operárias e as lutas camponesas, os movimentos de protesto e resistência dos valentes filhos e filhas do nosso povo, a agitação política desenvolvida pelo nosso Partido, o incontestável papel dirigente assumido pelo nosso Partido, a união de organizações, grupos e individualidades anti-fascistas num Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista, conjuntamente com a evolução da situação militar internacional e a perspectiva duma próxima derrota da Alemanha, impõem a todos os militantes e organizações do P. um trabalho mais atento, mais perseverante, mais decidido no domínio da organização nas forças armadas. Como justamente afirmou o «Avanti!» n.º 54: **A ACTIVIDADE DE ORGANIZAÇÃO NAS FORÇAS ARMADAS É UMA QUESTÃO DE VIDA OU DE MORTE PARA O MOVIMENTO ANTI-FASCISTA.** A actividade de organização nas forças armadas, a facilitação do trabalho nas forças armadas (Exército, Marinha, G. N.R., P.S.P.), o pronto fornecimento de ligações, a conquista da influência nas guarnições das várias cidades e localidades onde existam aquartelamentos, o contacto através de relações pessoais e de amizade com guardas da P.S.P. e da G.N.R., a constituição de células do P. e de Comités de Unidade Nacional para objectivos definidos, são tarefas que incumbem a todos os militantes e organizações do nosso P., são tarefas de grande importância para o desenvolvimento da actividade que o nosso P. vem realizando de agrupamento e direcção do movimento de unidade anti-fascista.

Na situação actual o trabalho nas forças armadas deve ser desde já promovido e intensificado em todas as localidades onde existam aquartelamentos e onde existam organizações partidárias. O objectivo fundamental desse trabalho é, evidentemente, a constitui-

ção de organismos partidários (células), de organismos de unidade anti-fascista (comités de unidade), de organismos de luta legal pelos interesses dos filhos do povo fardados (comissões reivindicativas visando objectivos alimentares, higiénicos, culturais, disciplinares, etc.), mas mesmo onde não se ofereçam condições para a constituição de organismos ilegais ou comissões legais, mesmo onde as organizações partidárias não tenham ligações nem disponham de pontos de apoio dentro dos quarteis para o desenvolvimento dum trabalho com tais características, é possível e necessário realizar **TRABALHO JUNTO DAS FORÇAS ARMADAS COM O OBJECTIVO IMEDIATO DE NEUTRALIZÁ-LAS**, de as educar dentro duma orientação hostil à participação na repressão dos movimentos populares, convencendo-as de que os trabalhadores lutam pelos interesses de todo o Povo Português, dizendo-lhes que elas, filhos do Povo fardados, **NÃO DEVEM UTILIZAR AS SUAS ARMAS CONTRA O POVO.**

Enquanto é extremamente débil a actividade do nosso P. nas forças armadas, adquire primordial importância, e deve ser imediatamente considerada por todas as organizações Regionais e Locais, a necessidade de neutralizar as forças armadas como instrumento de repressão fascista. Os nossos militantes e as nossas organizações devem empregar nesta tarefa prodígios de imaginação, uma decisão que nada faça esmorecer, habilidade e grande persistência. Em todas as localidades em que existam quarteis ou fracções das forças armadas os nossos camaradas devem esforçar-se por quebrar a separação entre operários e camponeses e os filhos do povo fardados, estabelecendo com soldados e marinheiros, cabos e sargentos, guardas da P.S.P. e da G.N.R. relações de amizade e camaradagem. O simples estabelecimento de boas relações pessoais nos centros operários e nas localidades

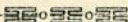


ponesas entre soldados, guardas do P. S.P. e da G.N.R. e os trabalhadores torna-se muito importante para a neutralização das forças armadas como instrumentos da repressão fascista.

As nossas organizações devem tomar neste sentido uma série de medidas. Devem pôr como tarefa aos nossos militantes, e aos nossos simpatizantes devem indicar a conveniência de se relacionarem desde já com soldados e marinheiros, sargentos e cabos, guardas da P.S.P. e da G.N.R., cultivando relações de camaradagem, conversando amigavelmente com eles, atraindo-os às colectividades recreativas e desportivas. Nos centros industriais e nas localidades em que haja aquartelamentos as sociedades recreativas e os clubes desportivos devem facilitar a frequência da sede, bailes, assistência a jogos e prática de desportos aos soldados, não lhes exigindo o pagamento de cotas e bilhetes de entrada, ou estabelecendo preços especiais. Nas localidades em que haja aquartelamentos, por ocasião da chegada de recrutas, juramento de bandeiras, etc., as colectividades recreativas e desportivas devem oferecer festas aos jovens fardados e proporcionar-lhes, sempre, um ambien-

te carinhoso interessando-se pela sua vida no quartel e na aldeia donde vieram ou local onde trabalhavam. As colectividades recreativas e desportivas que tenham biblioteca devem proporcionar livros aos filhos do Povo fardados. Os nossos camaradas devem interessar-se por ajudar os soldados a aprender a ler, organizar cursos fora do quartel, levá-los a praticar desportos organizar festas, empreender realizações de carácter cultural, etc. As colectividades recreativas e desportivas podem organizar nas suas festas sorteios de VIAGENS A TERRA e de TABACO para os magalas e constituir comissões de raparigas que reúnam os meios necessários para isso e que se devem dirigir ao comércio e burguesia locais.

Estas são tarefas que se colocam imediatamente aos militantes e organizações do Partido para a NEUTRALIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS COMO INSTRUMENTO DA REPRESSÃO FASCISTA à base da palavra de ordem AS ARMAS QUE A NAÇÃO ENTREGA AOS SEUS FILHOS FARDADOS NÃO DEVEM SER UTILIZADAS CONTRA O POVO.



AS CHAMADAS "EMPRESAS-CHAVE"

DESDE as greves de outubro-novembro de 1942 que vem sendo discutida a questão das «empresas-chave». No I Congresso Ilegal do Partido ela ocupou também um importante lugar nas discussões sobre o ponto da ordem do dia referente aos movimentos de massas.

Em que consiste a questão das «empresas-chave»?

Pela experiência das grandes greves dirigidas pelo Partido desde 1942, constatou-se que há um certo número de empresas cuja participação na luta tem sido verdadeiramente decisiva. Se essas empresas vão para a greve, há muitas outras que as acompanham. Se não vão, as outras ficam hesitantes e à espera e, em muitos casos, acabam por não ir. Por este seu importante papel se lhes chamou «empresas-chave», ou «empresas-base».

O certo é que não se trata apenas duma apreciação de camaradas do Partido. Trata-se dum «sentimento» pro-

fundamente enraizado nas massas. Em alguns sectores industriais, as massas, ao eclodir uma greve, esperam que certas grandes empresas comecem o movimento. Os olhos das massas estão fixados nessas empresas, esperam que elas dêem o exemplo. Tal o caso da Carris e das Construções Navais (Estaleiros da CUF) na zona Santos-Alcântara de Lisboa. Tal o caso da fábrica de Material de Guerra, Sabões e Tabaqueira na zona Poço do Bispo-Xabregas. Tal o caso da Parry & Son em Almada, da CUF no Barreiro, da fábrica Tejo em Alhandra, de Louça em Sacavem, etc. O facto destas empresas serem consideradas decisivas pelos trabalhadores dos respectivos sectores industriais deriva nuns casos da sua importância industrial, noutros casos do número de operários que nelas trabalham, noutros casos ainda das suas tradições revolucionárias.

Os operários das outras empresas esperam muitas vezes que estas dêem

por exemplo, que encabeçam os movimentos, que dão o sinal de partida para uma greve.

O que este movimento pode ser prejudicial para o movimento operário ficou bem patente nas greves de 8 e 9 de maio, em que muitas empresas não foram para a greve (apesar de existirem condições favoráveis) apenas por que as «empresas-chave» se não decidiram. Os trabalhadores esperaram pela Carris, pelos Estaleiros, pela Parry & Son, pela CUF do Barreiro. Mas, embora verificando o carácter prejudicial desta concepção de que as «empresas-chave» devem ser as primeiras, não devemos perder de vista um só momento a sua importância real para amplos movimentos grevistas. Repare-se que, se em 8 e 9 de maio, a sua não-participação no movimento teve como efeito a não-participação de muitas outras, em julho-agosto de 1943, a entrada na greve de algumas destas empresas arrastou à luta milhares de trabalhadores de outras empresas.

É desta realidade, deste «sentimento» das massas, que temos de partir para um justo trabalho de organização dum amplo movimento de massas, se não queremos passar por derrotados que não atendem aos «sentimentos» das massas, não às experiências da luta.

Isto não quer dizer que o nosso trabalho de organização de futuras grandes greves se deva circunscrever a essas empresas, que devamos sómente atender a elas, que depositemos toda a sorte da greve nessas empresas. De forma alguma. Ao contrário, é nosso dever lutar pela persuasão contra este sentimento das massas, esclarecê-las, mostrar-lhes que, em grandes movimentos, não devem esperar que seja esta ou aquela empresa a dar o sinal de partida, que a sorte do movimento não depende desta ou daquela empresa, que é necessário que cada empresa vá para a greve sem que umas fiquem à espera das outras, que esta é a condição para que todas vão, etc. Na preparação de amplas greves é nosso dever trabalhar de forma a que a sorte do movimento não fique dependente da iniciativa das chamadas «empresas-chave». Devemos trabalhar de forma a que, mesmo que esta ou aquela «empresa-chave» se não decida à luta, as outras empresas não deixem por isso de participar, que outras tomem

a cabeça, procurando inclusivamente arrastar pelo seu exemplo as «empresas-chave».

Mas isto não quer dizer também que ignoremos o sentimento das massas em relação a essas empresas e a sua importância em amplas lutas. De forma alguma. Ao contrário, é nosso dever intensificar o trabalho nessas empresas, olhá-las com uma atenção muito especial, mostrar aos trabalhadores dessas empresas o grande dever que têm para com os restantes trabalhadores, estimulá-los, mostrar-lhes o que a classe operária espera deles, e o seu dever de corresponderem aquilo que deles esperam, mostrar-lhes que devem dar o exemplo, que devem encabeçar os movimentos, que, não participando, toda a classe operária os olhará como «amarelos». Na preparação de amplas greves é nosso dever trabalhar com afinco, atenção e habilitação de forma a assegurar a participação das chamadas «empresas-chave».

A este respeito, os organismos dirigentes e particularmente os Comitês Regionais de Lisboa e Margem Sul têm importantes tarefas a realizar desde já.

Impõe-se um intensivo auxílio às organizações partidárias nessas empresas, no sentido do fortalecimento das células, recrutamento de novos membros para o Partido entre os trabalhadores mais sérios e combativos, alargamento da distribuição, educação política dos militantes. Impõe-se que as células de cada uma dessas empresas façam um decidido esforço para ganharem a confiança de todos os trabalhadores, para se ligarem estreitamente à massa de operários sem Partido, para conduzirem diariamente uma verdadeira acção de vanguarda. Impõe-se que as células de cada uma destas empresas façam um constante trabalho de esclarecimento junto de todos os trabalhadores, no sentido de lhes fazer compreender o seu grande papel a desempenhar nas grandes lutas da classe operária. Impõe-se que as organizações partidárias nessas empresas saibam criar organismos de Unidade (comissões), estabelecendo assim uma sólida colaboração entre os comunistas e os mais destacados trabalhadores sem-Partido, na direcção das lutas diárias dentro da empresa.

OS JOVENS COMEÇAM A ACERTAR O PASSO COM OS SEUS CAMARADAS ADULTOS

DESDE a reorganização até à realização do 1.º Congresso ilegal do nosso Partido, o movimento juvenil, dum modo geral não toma consistência, o seu desenvolvimento quasi não se sente, continua-se agarrado às velhas formas de organização sectárias, e isto apesar de tudo o que se dizia e se aconselhava no «Jovem Militante».

Falava-se e escrevia-se muito sobre formas legais de organização, combatia-se muito o sectarismo, mas na realidade não havia forma de se sair do meio estreito dos grupinhos fechados em si mesmos.

Nas fábricas e empregos, jovens e adultos pareciam ignorar-se, existiam por vezes rivalidades inexplicáveis, parecendo que a luta e objectivos de uns nada tinham que ver com a luta e objectivos dos outros, quando afinal uns e outros lutavam contra o mesmo inimigo e tinham objectivos idênticos a alcançar.

Uma tal situação exigia uma viragem completa em todo o trabalho juvenil. Foi o que fez o 1.º Congresso ilegal do P. M.

Os frutos colhidos de então para cá são bastante animadores e estão à vista de todos.

Em contenas de pequenas lutas reivindicativas que têm tido lugar, os jovens têm participado duma forma organizada. Mas onde a sua acção teve um conteúdo mais homogêneo e decidido foi sem dúvida nenhuma nas grandiosas lutas de 8 e 9 de maio. Aqui os jovens acertaram bem o passo com os seus camaradas adultos, marchando ombro com ombro à frente das massas trabalhadoras à conquista de mais pão e mais gêneros.

As formas de organização juvenis tomaram um carácter mais amplo, tanto no que respeita ao sector operário como as organizações massivas legais; os grupinhos sectários desapareceram para darem lugar a um trabalho mais maleável sem regras rígidas. As rivalidades entre jovens e adultos deixaram de ter lugar; uns e outros compreendem a necessidade de se ajudarem mutuamente na solução dos seus problemas particulares e de marcharem unidos contra o patronato e o fascismo sempre que estão em jogo os interesses gerais das classes trabalhadoras.

Isto por um lado. Por outro lado dezenas de movimentos reivindicativos de carácter económico-cultural e com características inteiramente juvenis, dirigidos por jovens sob a direcção do Partido e da Fd., começam a ter lugar através do país — a juventude começa a fazer sentir a sua presença na luta geral do povo português contra o regime salazarista, a juventude começa a acertar o passo com as forças que marcham à conquista da fortaleza fascista.

Não se irá julgar, entretanto, que já tudo está feito e que nada mais há a fazer. Não, camaradas. Ainda há muito a fazer, ainda há muitas deficiências a suprir.

Há que multiplicar em todos os locais de trabalho a criação de comissões de aprendizagens, praticantes, ajudantes, etc. para apresentarem ao patronato as suas reivindicações particulares, como sejam: aumento de salários, promoção às categorias superiores, a trabalho igual salário igual, etc., etc.

Isto no aspecto reivindicativo.

No aspecto organizativo. Há que estreitar cada vez mais os laços de camaradagem e de luta entre jovens e adultos. Uns e outros devem esforçar-se pela realização destes objectivos. Há, em suma, que aproveitar as enormes perspectivas que os últimos movimentos nos abriram para um trabalho sério e cuidadoso de mobilização de jovens e recrutamento para as fileiras partidárias daqueles que se revelaram serem lutadores abnegados da causa da juventude em particular e da causa das classes trabalhadoras em geral.



CAMARADA: O QUE DEVES FAZER JUNTO DOS JOVENS É LEVÁ-LOS A LUTAREM EM MASSA PELAS SUAS REIVINDICAÇÕES. TAL É O PRIMEIRO PASSO DECISIVO PARA UMA VERDADEIRA ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE, QUE É, COMO DISSE LÉNINE «A CHAMA MAIS PURA E MAIS ARDENTE DA REVOLUÇÃO».



PARA SE LANÇAREM NO MOVIMENTO OS TRABALHADORES NÃO DEVEM ESPERAR UNS PELOS OUTROS

UMA análise rápida e cuidadosa das deficiências que impediram uma maior amplitude do movimento operário é camponês de 8 e 9 de maio, assim como a sua rápida eliminação, eis, ainda hoje, uma das tarefas principais que se impõem ante as organizações e militantes do nosso P., com o fim de fortalecer a sua capacidade política e de organização, com o fim de reforçar a consciência, a união e organização da classe trabalhadora do nosso país, com o fim de a preparar e mobilizar de novo para novas lutas pelas suas reivindicações, contra o governo fascista de Salazar. Daqui a necessidade de neste artigo abordar, ainda que sómente uma faceta, este problema.

Já antes e durante os movimentos anteriores — sobretudo em julho-agosto — se notou a falsa e perigosa tendência da classe operária de algumas fábricas e empresas ficar à espera que a Carris e a C.U.F. entrassem na luta para depois a trair também.

Em maio esta tendência tomou tais proporções que se tornou — pode-se dizer — num dos factores fundamentais para que a heroica jornada operária e camponesa não tivesse encontrado, da parte dos trabalhadores de Lisboa e da outra margem do Tejo, a participação que inicialmente se esperava e de harmonia também com a sua posição em julho-agosto de 43.

A atitude destes trabalhadores, em maio, tornou menos profundo o golpe que se poderia ter vibrado no regime fascista português.

É certo que outras deficiências houve e não menos importantes que influíram neste sentido e que não foram nem serão esquecidas.

Não negamos, de modo nenhum, a superior importância que terá qualquer movimento contra o fascismo, com a participação dos trabalhadores da Carris ou de quaisquer outras fábricas e empresas consideradas «Chaves».

Tampouco negamos o efeito que produzirá no espírito e na decisão do povo português o facto de saber de antemão que estes trabalhadores irão participar na luta que de novo se pretenda levar a cabo.

Nas tirar-se daqui a conclusão de

que há que esperar por outros trabalhadores para depois nos lançarmos na luta; conforme sucedeu mais acentuadamente em maio, é absolutamente falso e perigoso para a defesa, em geral, dos interesses da classe operária e do povo português, é falso e perigoso, em particular, na luta contra o fascismo salazarista.

Que nos demonstra uma posição desta natureza? Ela revela, entre outras, a falta de confiança nas próprias forças e possibilidades da parte dos operários das ditas fábricas e empresas, isto revela uma tendência cómoda e oportunista, que é necessário combater com muito vigor, no seio da classe trabalhadora, e que só ao fascismo poderá interessar.

Contudo, para nós, comunistas, o mais grave ainda no meio de tudo isto e dentro do mesmo aspecto, é o facto de alguns dos nossos camaradas e organizações se terem deixado influenciar e arrastar por esta tendência, revelando assim falta de capacidade política e de capacidade de organização, mostrando assim falta de iniciativa e decisão, no sentido de esclarecer e mobilizar estes trabalhadores para que parassem o trabalho, seguindo o heroico exemplo dos trabalhadores de Ribatejo e dos camponeses da região de Lisboa. Isto é muito importante e deve merecer da nossa parte muito cuidado e atenção em relação a movimentos futuros.

Quais as tarefas imediatas, dentro deste aspecto, para os militantes e organizações do P., especialmente da região de Lisboa e da outra margem do Tejo, com vistas a novas lutas da classe trabalhadora e do povo português contra o fascismo?

Em primeiro lugar todos os militantes e organizações destes sectores devem estudar e trabalhar de molde a esclarecer os trabalhadores que não participaram na luta de maio, até ao ponto de os convencer que a sua posição não foi justa, criando assim novas forças e confiança em si próprios para futuras lutas.

Em segundo lugar organizar e esclarecer estes trabalhadores a ponto de que em futuros movimentos BLES

CUMPRAM COM O SEU DEVER, que consiste em tal caso, ir para a luta sem estar à espera que os outros se lancem em primeiro lugar. Fazê-los compreender que se assim tivessem procedido em maio, o movimento teria sido muito mais amplo e uma machadada mais profunda teria sido dada no governo fascista de Salazar.

Em terceiro lugar deve ser reforçada a organização, união e consciencia revolucionária dos operários das empresas «Chave», à base da luta pelas suas reivindicações, à base de esclarecimentos, acerca da posição que tomaram durante os movimentos de julho-

agosto de 43, e de maio de 44. A base da confiança que neles depositam os restantes trabalhadores, à base finalmente de que a sua participação decidida pode representar na luta contra a ditadura fascista de Salazar.

Saber encontrar e corrigir os nossos erros e deficiências após cada batalha da classe trabalhadora com o objectivo de aperfeiçoar a sua luta e a capacidade política e de direcção do Partido, eis um dever que se nos impõe a fim de estarmos à altura das novas circunstâncias que se estão criando e desenvolvendo dentro do nosso país.



REFORCEMOS A ACTIVIDADE DO PARTIDO NAS FORÇAS ARMADAS

NO I Congresso Ilegal do nosso P., o trabalho nas forças armadas mereceu especial referência, não só pela importância que geralmente reveste, por ser parte integrante do aparelho repressivo do fascismo, mas porque era um dos pontos mais débeis da nossa actividade. Também na reunião do CC de 30 de maio, cujas resoluções serão publicadas, de novo se tomaram decisões para acelerar este aspecto da nossa actividade.

A partir do Congresso este problema tem sido tratado na nossa imprensa, é um forte impulso lhe foi já dado pelo P. Mas corresponderá o trabalho realizado às necessidades ou mesmo aos esforços dispendidos? Consideramos que não. Entretanto, as condições essenciais que aí nos não de facilitar a nossa tarefa, são cada vez maiores.

A luta das Nações Unidas intensifica-se dia a dia, encurralando cada vez mais o fascismo hitleriano num beco sem saída, o que cria nas forças armadas, sobretudo na parte mais democrática, confiança e ânimo para ajudar o povo a lutar contra o fascismo.

Sob o ponto de vista nacional, a crise e as contradições em que vive o fascismo, agravadas com as lutas do povo português, apertam-no a tal ponto que o levam a tomar posições claramente definidas no sentido de poder sobreviver à derrota do seu patrão de Berlim. Isto influe no espírito das forças armadas, dá-lhes confiança e ânimo para acções mais abertas não só de apoio ao povo, mas também porque têm uma série de problemas que só poderão ser resolvidos com o derrubamen-

to de Salazar.

Em virtude do ascenso da luta de classes que nos últimos anos se tem verificado, hoje os soldados incorporados nas forças armadas têm uma maior consciência política, têm hábitos de organização que nos não de facilitar também a nossa actividade nas forças armadas. Além disso há o facto muitíssimo importante de muitos soldados do exército português, apesar de acabado o seu tempo, terem que permanecer incorporados muitos meses a mais, sem que a remuneração e alimentação satisficam as suas necessidades e aspirações.

Por consequência ainda hoje está na ordem do dia a aplicação das resoluções tomadas no Congresso e reunião do CC do nosso P., assim como algumas tarefas anteriormente apontadas no «Militante». Continua a ser tarefa imediata estudar muito bem, à base dos contactos já existentes, todos os problemas relacionados com as forças armadas, partindo daqui para novas formas de organização e mobilização no sentido dum maior apoio ao povo, na sua luta contra a ditadura de Salazar.



AS EMPRESAS-CHAVE

(Conclusão da pág. 5)

Os Comités Regionais de Lisboa e Margem Sul (onde em 8 e 9 de maio, as «empresas-chave» não souberam merecer a grande esperança que neles depositaram os trabalhadores) devem encetar um enérgico trabalho para o fortalecimento das organizações partidárias nessas empresas.